

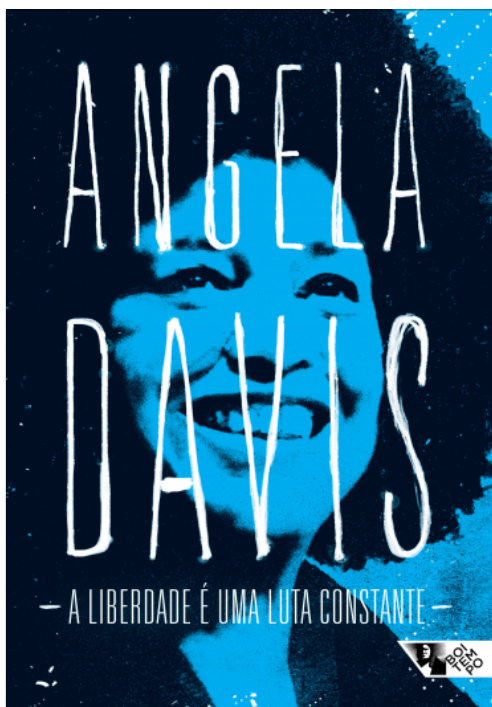


RESENHAS



DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Silvia Danielle SCHNEIDER, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*



A obra de Angela Davis, “A Liberdade é uma luta constante”, foi publicada originalmente em 2016, nos Estados Unidos, editada por Frank Barat – ativista francês, e prefaciada por Cornel West. No Brasil, a publicação ocorreu em 2018, pela Boitempo, contando com o prefácio de Angela Figueiredo – professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenadora do grupo de pesquisa ativista Coletivo Angela Davis - que apontou para a relevância da obra, com seus diversos questionamentos sobre as estruturas do racismo, do sexismo e das violências estruturais. West - filósofo e ativista americano - destacou o ativismo

de Davis e sua luta pela liberdade em todo o mundo. Barat, na introdução da obra, apontou que o seu objetivo era produzir um livro em que falasse sobre o ativismo, demonstrando a importância do engajamento e invocando para que as pessoas tomassem parte nas lutas.

As obras de Davis estão ganhando cada vez mais espaço no Brasil. Em 2016 foi lançada “Mulheres, Raça e Classe”, uma de suas obras mais expressivas - publicada originalmente em 1981, nos Estados Unidos. Após 35 anos da publicação original, o livro de uma filósofa, ativista, mulher e negra, chegou ao país para romper as estruturas e



hierarquias, trazendo aos leitores as ideias de lutas transnacionais e libertárias. Discípula de Herbert Marcuse, Davis – professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia - acredita no engajamento e na responsabilidade dos filósofos em mudar o mundo, fazendo de sua vida e obra uma trajetória marcadamente de luta. “A Liberdade é uma Luta Constante” apresenta diversas ideias e engajamentos em que Davis está inserida, evidenciando as opressões, mas lutando e apontando para as resistências.

“A Liberdade é uma luta constante” é constituída por 10 capítulos, divididos entre entrevistas e discursos feitos por Davis, ao longo dos anos de 2013 a 2015. A autora discorreu sobre o racismo, sexismo, feminismo, violências, desvelando as estruturas sociais que atuam na manutenção destas categorias. Para a análise da obra, os 3 capítulos iniciais foram agrupados em temáticas abordadas por Davis, e nos demais capítulos foi mantida a ordem da obra.

Os três primeiros capítulos - compostos por entrevistas que Davis concedeu a Frank Barat - ao longo do ano de 2014, intitulam-se: “As lutas progressistas contra o insidioso individualismo capitalista”; “Ferguson nos lembra da relevância do contexto global”; “Precisamos falar sobre mudança sistêmica”. Nestes capítulos, Davis abordou questões sobre o capitalismo global, o neoliberalismo, o individualismo, o feminismo, a questão palestina, o movimento negro, a democracia, o complexo industrial-prisional, a guerra contra o terror e o ativismo.

Davis iniciou sua primeira entrevista abordando a questão do individualismo, demonstrando que o capitalismo global e as ideologias neoliberais acentuam a relevância de indivíduos heroicos que atuaram em lutas, por exemplo, contra o racismo, a repressão, a pobreza, excluindo a mobilização de inúmeras pessoas. Davis citou, como exemplo, Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela, os quais tiveram uma importante atuação, mas a luta foi coletiva, ou seja, as pessoas precisam compreender e reconhecer o seu “potencial de agência”, compreendendo que toda luta é coletiva.

Diante disso, Barat questionou Davis sobre o Movimento Black Power e o que permaneceu dele até a atualidade. Davis se referiu ao Black Power como “movimento pela libertação negra” – como muitos se dirigiam a ele na década de 1960 – atuando na luta por direitos concretos, como emprego, moradia, saúde, educação, questionando o aprisionamento racista, a repressão policial e a exploração capitalista,



desafiando, assim, a estrutura social. Estas reivindicações estavam no Programa dos Dez Pontos do Partido Panteras Negras, e ainda hoje são tão relevantes quanto no momento em que foram escritas. Davis foi integrante do Partido Panteras Negras, chegando a atuar em uma das seções da organização em Los Angeles, onde era responsável pela educação política. Como já era filiada ao Partido Comunista (PC), não poderia ter outra filiação, e optou pela continuidade de sua militância no PC, mas permaneceu apoiando os Panteras Negras.

Barat questionou Davis quanto ao movimento negro pelos direitos civis, se este havia falhado, já que muitas reivindicações presentes nos anos de 1960, ainda compõem as pautas dos movimentos atualmente. Para Davis, a luta não fracassou e foi bem-sucedida naquilo que buscava: “(...) a erradicação do racismo nas leis e a dissolução do aparato de segregação” (DAVIS, 2018, p. 31). Porém, a erradicação do aparato legal não acabou com o racismo, que está nas entranhas da sociedade, “(...) uma estrutura que é muito mais extensa, mais ampla, do que a estrutura legal” (DAVIS, 2018, p. 31). O racismo não depende de atores individuais, está enraizado nas estruturas das instituições. Davis explicitou que, mesmo que uma mulher negra esteja ocupando uma posição de comando da polícia nacional, por exemplo, os alvos, a tecnologia, os regimes serão os mesmos, por isso ela relativizou, em diversas passagens do livro, a vitória de Barack Obama.

Para Davis, a eleição de Obama (2009-2017), foi um acontecimento importante, mas indicou que a forma como foi apresentada a vitória do primeiro presidente negro dos Estados Unidos foi equivocada, pois pareceu que esta era a última barreira racista que havia sido ultrapassada. Davis afirmou que “O que nos faltou nos últimos cinco anos não foi o presidente correto, e sim movimentos de massa bem organizados” (DAVIS, 2018, p. 20). A eleição de Obama não mudou as estruturas racistas da sociedade, o que para Davis, somente ocorrerá através da análise crítica e o engajamento social.

As mudanças provêm dos movimentos, que necessitam de tempo para o seu desenvolvimento, e são resultados de intenso trabalho para a mobilização das massas, para que elas compreendam a necessidade de se mover. A luta negra, para Davis, serve como um “emblema da luta pela liberdade”, abrangendo questões de gênero, lutas contra a homofobia, as lutas contra políticas repressivas, anti-imigração, englobando todos que lutam pela liberdade.



Em relação ao feminismo negro e a sua função na sociedade atual, Davis apontou para o importante papel exercido pelo feminismo negro para as intersecções entre raça, gênero e classe, demonstrando que tais categorias são inseparáveis. As abordagens pautadas em interconexões, interseccionalidades, foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Davis citou a Third World Women's Alliance (Aliança das Mulheres do Terceiro Mundo), nas décadas de 1960 e 1970, que era responsável pela publicação do jornal Triple Jeopardy (Tripla Ameaça), apontando para as ameaças: racismo, sexismo e imperialismo. Obras como, "This Bridge Called My Back" (Esta ponte chamada minhas costas), organizada por Gloria Anzaldúa e Cherríe Moraga; a antologia "All the Women's Are White, All the Blacks are men, but some of us are brave: Black Women's Studies" (Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós somos corajosas: estudos sobre as mulheres negras); e a sua obra, "Women, Race & Class" (Mulheres, raça e classe"), foram importantes para o debate teórico da interseccionalidade, que carrega uma "valiosa história de luta"(DAVIS, 2018, p. 33).

Para Davis, a análise de gênero não pode ser "(...)isolado da raça, da classe, da sexualidade, da nacionalidade, das capacidades físicas (...)" (DAVIS, 2018, p. 53), conexões precisam ser estabelecidas, pois nada acontece isoladamente. Os protestos de Ferguson, mencionados diversas vezes por Davis, que ocorreram em razão da morte do jovem negro Michael Brown, revelaram uma polícia fortemente armada, com tecnologia militar. Davis estabeleceu a conexão com a Palestina, frisando que "Quando vemos a polícia reprimindo protestos em Ferguson, também precisamos pensar na polícia e no Exército israelenses reprimindo protestos na Palestina ocupada" (DAVIS, 2018, p. 53), pois a polícia estadunidense está sendo treinada pela polícia israelense. Desta forma, campanhas em solidariedade à Palestina, em contestação ao Estado de Israel, possui fortes relações com os acontecimentos nas comunidades dos Estados Unidos. E estas conexões aproximam as pessoas, que passam a desenvolver identificações com movimentos e causas: "Este é o momento exato para encorajar todas as pessoas que acreditam na igualdade e na justiça a se unir ao apelo por uma Palestina livre" (DAVIS, 2018, p. 27).

Além disso, Davis apontou para a luta em prol da libertação de presos políticos que estão encarcerados em Israel, e completou que "A demanda pela libertação de todas as pessoas palestinas presas por razões



políticas é um componente crucial da reivindicação pelo fim da ocupação” (DAVIS, 2018, p. 26). Entre os presos está Marwan Barghouti, importante liderança política palestina, a frente do movimento Al-Fatah, pela libertação da Palestina. O silenciamento que se pretende impor, ao aprisionar indivíduos por questões políticas, como, por exemplo o encarceramento de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, não impede que as lutas pelas mudanças estruturais da sociedade se anulem e se aprisionem, pois como Davis enfatizou, as lutas são coletivas.

Davis abordou a relação entre o maior grupo privado de segurança do mundo, a G4S, e o complexo industrial-prisional, demonstrando que o grupo atua em diversos segmentos, desde a segurança privada ao gerenciamento de prisões, centros de detenção para imigrantes e a construção de muros, tanto na Palestina, como na fronteira do México com os Estados Unidos. A G4S faz parte do cotidiano das pessoas, sem que grande parte delas saiba, operando em diversas partes do mundo. As conexões entre os acontecimentos, demonstradas por Davis, reforça a compreensão de que as lutas são coletivas e transnacionais.

Ao referir-se ao complexo industrial-prisional, Davis ressaltou o lucro que as prisões geram. Apontou que nos Estados Unidos há cerca de 2,5 milhões de pessoas encarceradas, pois o aprisionamento é utilizado como “(...) uma estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, ausência da educação e assim por diante” (DAVIS, 2018, p. 23). No Brasil, de acordo com levantamento realizado, em 2016, pela Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), há cerca de 726,7 mil pessoas encarceradas no país. A prisão impede a discussão em torno do indivíduo preso, não há questionamento sobre o ato, os por quês e o que permitiu tal violência. As prisões são instituições violentas, reproduzem a violência e se alimentam desta violência, uma vez que a pessoa quando é libertada, muitas vezes se tornou pior. Desta forma, uma das lutas de Davis está relacionada ao complexo industrial-prisional, que é uma das faces do racismo, indagando “(...) por que há um número desproporcional de pessoas negras e de minorias étnicas na prisão?” (DAVIS, 2018, p. 37)

As prisões, altamente lucrativas, constituem-se como instituições que demonstram que o Estado não quer enfrentar os problemas sociais mais urgentes na atualidade, pois estes locais servem para depositar pessoas que representam grandes problemas sociais. A pena de morte,





para Davis, também é uma questão ligada ao racismo estrutural e tem estreitas ligações com a escravidão. Desta forma, Davis afirmou, que não acredita que possa existir policiamento e justiça criminal que funcione sem racismo.

O racismo é um fenômeno complexo, foi construído ao longo dos séculos, produzindo estereótipos, desumanizando as pessoas negras, e igualando-as a pessoas criminosas. Para traçar um paralelo com o nosso país, basta recordar o exemplo da juíza Lissandra Reis Ceccon, da 5ª Vara Criminal de Campinas/SP, que proferiu uma sentença, em 04/07/2016 – mas que veio a público no mês de março de 2019 – na qual afirmava que o réu em questão “não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros”. O réu foi identificado pela vítima, e segundo Ceccon, como este não possuía “estereótipo de bandido”, não poderia ter sido confundido. A abolição da escravidão, por aqui, também não aboliu os preconceitos. Davis concluiu, “Como Nelson Mandela, devemos ter disposição para abraçar uma longa jornada rumo à liberdade”. (DAVIS, 2018, p. 27)

Em “Sobre a Palestina, a G4S e o Complexo Industrial-Prisional”, discurso realizado em Soas – School of Oriental and African Studies, University of London – em 13 de dezembro de 2013, Davis iniciou falando sobre Nelson Mandela, e sua insistência em se colocar em um contexto de luta coletiva, recusando-se em adotar o individualismo, componente ideológico do neoliberalismo. Mandela ressaltou, em uma de suas falas, que a liberdade não seria completa se os palestinos não fossem livres também, pois, como Davis evidenciou, a luta contra o apartheid sul-africano e a libertação da Palestina possuem muitas semelhanças, como a “condenação ideológica de seus esforços por liberdade sob rubrica de terrorismo” (DAVIS, 2018, p. 59). Mandela esteve na lista de terroristas, assim como muitas lideranças e ativistas que lutam pela libertação da Palestina.

A intenção desta fala de Davis foi de expandir o movimento BDS – movimento por boicote, desinvestimento e sanções anunciadas pela sociedade civil palestina. Neste rol de corporações transnacionais de alvos do boicote está a G4S, que atua diretamente na manutenção e na reprodução do “aparato repressivo na Palestina” (DAVIS, 2018, p. 60), gerenciando prisões, a construção do muro entre Palestina e Israel, como já apontado.



Seguindo as pegadas de Davis, vemos que a G4S, no Brasil, oferece segurança para bancos, condomínios empresariais, instituições de ensino, varejo, indústrias, garantindo a vigilância patrimonial e atuação em zonas de risco, escolta armada, monitoramento, proteção executiva, manutenção, limpeza, enfim, uma gama de serviços, sob o slogan “Mais do que proteger, nós cuidamos”; a empresa conta com cerca de 570 mil “colaboradores” operando no mundo todo:

Da segurança de indústrias à manutenção de aeroportos, a G4S tem um amplo portfólio de serviços. Suas soluções customizadas ajudam algumas das maiores empresas do mundo a manter operações mais eficientes e seguras.

Nos Estados Unidos, a G4S fornece – além dos já citados - serviços de transporte para pessoas deportadas, agindo em conformidade com as práticas, cada vez mais repressivas, de imigração no país. Neste sentido, para quem esta corporação oferece segurança? Davis respondeu, para bancos, governos, corporações, e como afirma o lema da empresa, “dar segurança ao seu mundo”, este mundo é o da exploração, repressão, ocupação e racismo. Davis procurou mostrar, que ao defender a libertação da Palestina, estamos defendendo uma causa que não está distante dos nossos horizontes, mas sim, tem profundas conexões quando refletimos sobre as grandes corporações e o sistema industrial-prisional. Para isso, Davis propôs e defendeu, o boicote a G4S e o apoio ao BDS.

No capítulo 5, “Encerramentos e Continuidades”, em discurso realizado na Universidade de Birkbeck, Londres, em 25 de outubro de 2013, Davis lançou o questionamento, somos realmente livres? O ano de 2013 marcou diversas datas importantes da luta pela liberdade negra nos EUA: 150 anos de Emancipação dos EUA; 50 anos dos acontecimentos centrais da luta pela liberdade negra no país; 500 Aniversário da Cruzada das Crianças em Birminhgan; a Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade; o ataque a bomba à Igreja Batista da Sixteenth Street e o assassinato de 4 meninas negras. Enfim, um ano com datas marcantes. Mas, Davis, de forma sagaz, apontou o seu temor em relação as cerimônias de rememoração destes eventos, as quais tendem a representar um encerramento histórico.

Davis enfatizou que a criação de determinados mitos, como a libertação da população escravizada por Lincoln e de que os direitos civis libertaram cidadãos e cidadãs nos EUA, precisa ser questionado e



relativizado, pois o racismo estrutural persiste e os direitos não são estendidos horizontalmente para os indivíduos. O Programa do Partido Panteras Negras, na década de 1960, continha 10 pontos que orientavam sua luta: liberdade; emprego; fim da usurpação capitalista; moradias decentes; educação; assistência a saúde; fim da brutalidade policial; fim de todas as guerras de agressão; libertação e julgamento de pessoas negras e oprimidas mantidas em prisões; terra, pão, moradia, educação, vestimenta, justiça, paz e controle da tecnologia moderna pela comunidade popular. Este manifesto, de 1966, recapitulou as pautas abolicionistas do século XIX, mas – infelizmente – as reivindicações continuam a ecoar em pleno século XXI.

No capítulo 6, “De Michael Brown a Assata Shakur, o Estado Racista persiste nos Estados Unidos”, publicado originalmente em 1 de novembro de 2014, pelo jornal britânico *The Guardian*, Davis tratou sobre os homicídios de jovens negros pela polícia, citando alguns nomes, como Trayvon Martin e Michael Brown, entre um número incontável de pessoas negras assassinadas durante o governo Obama.

Ligada a esta violência estrutural figura também o caso de Assata Shakur – asilada em Cuba há 3 décadas e meia. No início dos anos de 1970, Shakur foi acusada de assalto à mão armada, assalto a banco, sequestro, assassinato e tentativa de assassinato contra um policial. Em 2013, ela foi incluída na lista dos 10 terroristas mais procurados pelo FBI. Davis questionou quais eram os interesses que motivaram esta ação, apontando para uma “resposta parcial”, a qual amplia o alcance da palavra “terror”,

Envolver Assata Shakur retroativamente em uma suposta conspiração terrorista contemporânea é também colocar sob o abrigo da ‘violência terrorista’ as pessoas que receberam o legado de Assata e que se identificam com a luta permanente contra o racismo e o capitalismo (DAVIS, 2018, p. 78).

A guerra contra o terror, em nome de uma suposta “democracia”, tem auxiliado para justificar o racismo contra muçulmanos, a ocupação da Palestina por Israel, a repressão contra imigrantes, e, indiretamente, a militarização da polícia.

No capítulo 7, “Projeto relatar a verdade: violência nos Estados Unidos”, comunicado em 27 de junho de 2015, em um encontro de manifestantes de Ferguson e ativistas da região de St. Louis, Missouri, Davis abordou a necessidade do ativismo em relação a violência racista,





“(...) que tem contaminado o mundo desde seu princípio. (...) há uma história mais extensa e mais abrangente da violência que testemunhamos hoje” (DAVIS, 2018, p. 81). Para Davis, o assassinato de Michel Brown – evocado diversas vezes pela autora, tanto nos EUA, como no exterior – e os protestos realizados em Ferguson exteriorizaram a perseverança, a coragem, a luta e uma visão coletiva do futuro, resistindo diante das pressões, das respostas fáceis e resoluções prontas.

As manifestações de Ferguson demonstraram que o movimento foi de liderança, coletivo, não possuindo um líder em específico. A luta, para Davis, faz-se no plural, com a contribuição de cada indivíduo, e a personificação de um líder, de um herói, mascara a agência da coletividade. Davis, embora questione a figura destes personagens, procurou relativizar os movimentos ausentes de liderança. Para isso, retomou as ideias de Barbara Ransby, que apontou que é importante não deixar se levar por lideranças carismáticas e messiânicas, mas também, os movimentos não surgem naturalmente, precisam de uma análise coletiva, estratégias sérias, organização, mobilização e construção de consenso.

No capítulo 8, “Feminismo e Abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI”, resultado de um discurso realizado no Center for the Study of Race, Politics and Culture em colaboração com o Center for the Study of Gender and Sexuality, em 4 de maio de 2013, Davis retomou a inserção do nome de Assata Shakur na lista de terroristas procurados pelo FBI. Para Davis, Shakur exemplifica “(...) o modo como as representações das mulheres negras e do envolvimento delas nas lutas revolucionárias combateram concepções ideológicas dominantes sobre as mulheres” (DAVIS, 2018, p. 92).

Ao refletir sobre a categoria gênero, Davis apontou:

(...) a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria ‘mulher’ (DAVIS, 2018, p. 92).

Desta forma, esta categoria precisava ser repensada, para abarcar pessoas africanas, indígenas e outras, de origem não europeia, grupos, comunidades, e não apenas indivíduos. Neste contexto, Davis apontou que durante a conferência em Nairóbi, Quênia, surgiu o lema, “os direitos das mulheres são direitos humanos” (DAVIS, 2018, p. 92-93).



Naquele momento, acreditava-se que era necessário expandir a categoria mulher, mas somente passados alguns anos, surgiu a percepção de que havia a necessidade de reescrever toda a categoria, não bastando, simplesmente, incorporar mais mulheres em uma categoria inalterada.

Davis se referiu a sua visita, na região da baía de São Francisco - Califórnia, a uma organização chamada Transgender, Gender Variant and Intersex Justice Project (TGIJP), liderada por mulheres de minorias étnicas e mulheres trans de minorias étnicas.

Essas mulheres têm de batalhar por sua inclusão na categoria ‘mulher’ de um modo que não difere das lutas anteriores das mulheres negras e das mulheres de minorias étnicas que foram designadas como o gênero feminino ao nascer (DAVIS, 2018, p. 95).

O trabalho realizado pela TGIJP se insere na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero, atuando e problematizando situações mais amplas, como o complexo industrial-prisional. As mulheres trans de minorias étnicas vão principalmente para prisões masculinas, e após a prisão recebem um tratamento mais violento por parte dos agentes prisionais e são discriminadas pela instituição como alvos da violência masculina. Os aprisionamentos, a violência e a criminalização permite que o problema persista.

Davis nos instiga a reflexão, demonstrando que o que é central para o desenvolvimento das teorias e práticas feministas abolicionistas é pensar além daquilo que é considerado “normal”. O essencial é compreender que tudo está em construção, em processo, por isso quando pensamos sobre a categoria mulher, não podemos incluir as mulheres trans em uma categoria que se permanece inalterada, é a categoria que precisa mudar, “(...) para que não simplesmente reproduza ideias normativas sobre quem pode ou não ser considerada mulher” (DAVIS, 2018, p. 97). E ainda, deve-se ter cautela e não se apegar ao conceito de gênero, pois está enraizado sob diversas construções sociais, políticas, culturais e ideológicas.

No capítulo 9, “Ativismo Político e Protesto dos anos 1960 à Era Obama”, realizado em 12 de fevereiro de 2013, no Davidson College, na cidade de Davidson, Carolina do Norte, Davis citou a frase de William Faulkner, “O passado nunca morre. O passado nunca morre. Nem sequer é passado”, salientando que os fantasmas do passado nos assombram, e questionou por que, em 2013, não havia uma comemoração intensa dos 150 anos da Proclamação da Emancipação. E, de forma lúcida, destacou,



“Foi-me solicitado falar sobre os movimentos de protestos dos anos 1960. Mas esses movimentos não teriam sido necessários (...) se a escravidão tivesse sido inteiramente abolida no século XIX” (DAVIS, 2018, p. 108), entre a liberdade e os direitos civis há um grande distanciamento. A luta pelos direitos civis foi extremamente importante, mas não foi encerrada nos anos 60. A filósofa ressaltou que o princípio destacado por Martin Luther King, deveria ser lema de todos os movimentos: “A justiça é indivisível. A injustiça em qualquer lugar do mundo é uma ameaça à justiça em todo o mundo” (DAVIS, 2018, p. 117).

No último capítulo, “Solidariedades Transnacionais”, fruto de um discurso realizado na Universidade de Boğaziçi, em Istambul, Turquia, em 9 de janeiro de 2015, a primeira palavra pronunciada por Davis foi Hrant Dink - um símbolo da luta contra o colonialismo, o genocídio e o racismo - assassinado em 2007, por um jovem ultranacionalista turco. A morte de Dink, da etnia armênia, expressou o massacre das minorias étnicas. Davis retomou o termo genocídio, a partir da definição da Convenção das Nações Unidas para Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, adotada em 9 de dezembro de 1948, que determinou que os atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, caracterizavam-se como genocídios. Em 1987, os EUA ratificaram o que foi aprovado na Convenção, ou seja, quase 40 anos depois, demonstrando a falta de interesse do Estado diante de tantos crimes que ocorreram no país, e outros tantos, cometidos pelos EUA em outros lugares do mundo. Em 1990, uma petição foi apresentada à ONU, denunciando o genocídio contra a população negra dos EUA, apontava para a violência, a segregação, as injustiças, homicídios cometidos pela polícia, por gangues, pela Ku Klux Klan, e outros grupos racistas. Para Davis, esta petição histórica feita nos EUA, poderia ter sido feita “(...) na mesma época com base nos massacres de pessoas armênias, nas marchas da morte, no roubo de crianças e na tentativa de integrá-las à cultura dominante” (DAVIS, 2018, p. 122).

Davis citou o livro “My Grandmother: an Armenian-Turkish Memoir”, de Fethiye Çetin, em que narra a história de sua avó, de origem armênia, que ocultou o seu passado por causa do racismo. Davis estabeleceu um paralelo entre a obra e o pensamento de Claude Meillassoux, o qual colocou o conceito de “morte social no cerne de sua definição de escravidão” (DAVIS, 2018, p. 123), pois aos escravizados é



negada a vida, a liberdade, como se nem tivessem nascidos. E a privação da própria história, da ancestralidade, afeta o presente e o passado.

Davis apontou para a necessidade de nos reconhecer na história dos outros, pois “Nossas histórias nunca transcorrem isoladamente. Não podemos contar de fato aquelas que consideramos ser nossas histórias sem conhecer as outras narrativas” (DAVIS, 2018, p. 124). Para Davis, é fundamental que se discuta, nos EUA, sobre o genocídio infligido aos povos indígenas, falar sobre a escravidão e reconhecer que o país foi colonizado. Mas, mesmo com os entraves, Davis reconheceu que existe questionamento, uma juventude ativista, que está aprendendo a reconhecer as “intersecções” das narrativas, como elas se cruzam e se sobrepõem.

A última questão apontada por Davis é sobre a violência sexual, o assédio sexual, a agressão sexual, a violência nos relacionamentos afetivos, que não estão dissociados da violência do Estado. “Onde as pessoas que cometeram violência em seus relacionamentos afetivos aprendem as práticas violentas? Quem ensina a elas que a violência é aceitável?” (DAVIS, 2018, p. 130). A partir deste apontamento de Davis, ao traçarmos um paralelo com o Brasil, observamos que o país ocupa a 50 colocação entre os países com maior taxa de feminicídio no mundo. Somente nos primeiros 20 dias de 2019, foram registrados 107 casos de feminicídio. O país também é um dos que mais se matam LGBTs, 1 a cada 19 horas. Entre 2005 a 2015, os assassinatos de negros representaram 71%, sendo que, o assassinato de brancos diminuíram 12% e de negros aumentaram 18%, no país. Temos muito a fazer, muita luta, muita resistência. Para Davis, a reflexão não está separada da ação. A luta pela liberdade é constante. Martin Luther King assinalou que “Todas as pessoas estão presas em uma rede inescapável de mutualidade, entrelaçadas em uma única trama do destino. O que afeta uma pessoa diretamente afeta todas indiretamente” (DAVIS, 2018, p. 66).

Neste momento, a obra de Davis, nos ajuda a compreender a atual conjuntura, enfatizando a importância e o papel do ativismo. Hoje, no Brasil, vemos discursos de ódio, violência, misoginia se alastrarem, e que serão combatidos somente através de debates, leituras e ativismo. O conhecimento é o único caminho para alcançar a liberdade. Angela Davis, através de sua vida e obra, nos mostra que a luta é árdua, constante, mas emancipatória.



## Referências

AGÊNCIA Brasil. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. **Exame**. São Paulo, 7 ago 2018. Disponível em <[exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/](http://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/)>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ANGELA DAVIS. **Geledés**. 30 mai. 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/angela-davis-2/>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

AUN, Heloísa. Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas. **Catraca Livre**. 17 mai. 2017/atualizado 11 out. 2018, Seção Cidadania. Disponível em <<https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FRANK, Gustavo. Juíza diz que réu não parece bandido por ter 'pele, olhos e cabelos claros'. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/juiza-diz-que-reu-nao-parece-bandido-por-ter-pele-olhos-e-cabelos-claros.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019. **Geledés**. 26 jan. 2019, Seção Violência contra a mulher. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

G4S Brasil. Disponível em <<https://www.g4s.com/pt-br/a-g4s/g4s-no-mundo>>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

MENEZES, César. Negros representam 71% das vítimas de homicídios no país, diz levantamento. **G1**. São Paulo, 18 nov. 2017/atualizado. <Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/negros-representam-71-das-vitimas-de-homicidios-no-pais-diz-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 23 mar. 2019.